



Simulado Final

TRF 6

CARGO 25: TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA

AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRF-6 (Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cmHAGF86efWhkqcGA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vpMc>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A maioria dos brasileiros (81%) enxerga o aquecimento global como um problema importante, conforme mostrou pesquisa Ipec realizada em 2021. Apesar disso, apenas 2 em cada 10 dizem estar bem informados sobre o tema — um déficit que abre espaço para a desinformação.

Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento. Entrevistas com grupos focais realizadas pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ sugerem que as pessoas gostariam de saber mais sobre o problema e, principalmente, sobre suas soluções. Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, isso não basta — e elas sabem. Percebe-se, portanto, uma lacuna entre a escala do problema e as saídas vislumbradas pelo senso comum.

"A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer. Ou fechamos um pacto de solidariedade climática ou um pacto de suicídio coletivo", alertou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, na abertura da 27ª Conferência sobre as Mudanças Climáticas (COP27).

Ainda que as responsabilidades dos países sejam desiguais, todos nós somos parte do problema. Logo, precisamos ser parte da solução. Do contrário, deixamos um terreno fértil para a angústia e a alienação (que são ingredientes do negacionismo). Como dizia Bruno Latour, negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar.

A expectativa é que a COP27 seja a conferência da implementação — aquela que vai colocar os acordos em prática. Isso torna ainda mais urgentes estratégias para aumentar a participação da população — especialmente da juventude — na agenda climática. A cada COP, o artigo 6 da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (que defende habilitar a sociedade a ser parte da solução por meio da educação e da conscientização) é retomado em termos mais enfáticos. Foi criada uma Ação

para Empoderamento Climático (ACE, em inglês), com o objetivo de fomentar o engajamento da sociedade, por meio da educação climática, da conscientização e da participação pública e do acesso à informação.

No ano passado, em Glasgow, foi aprovado um programa de trabalho para fortalecer essa ação, com orientações para que os países incorporem o tema das mudanças climáticas ao currículo de todos os níveis de ensino, de modo transversal, inclusive saberes tradicionais e dos povos originários; treinem professores de todas as áreas para abordar o tema; formem uma força de trabalho adaptada aos desafios da transição para uma economia de baixo carbono; empoderem sua juventude para participar das decisões da agenda climática; integrem suas estratégias de educação às políticas públicas e compartilhem suas experiências internacionalmente.

[...]

A educação climática é uma ferramenta-chave para a popularização e a democratização da agenda climática, que precisa se tornar mais enraizada na sociedade. Só assim, incorporando ações de baixo para cima, poderemos ser parte da solução — uma vacina contra a tentação de fugir do problema por ele ser grande demais.

01. De acordo com o texto, a educação climática pode ser uma ferramenta eficaz para combater a alienação e o negacionismo em relação às mudanças climáticas.

02. De acordo com o texto, os saberes tradicionais e dos povos originários geralmente são excluídos das orientações sobre mudanças climáticas.

03. Infere-se do texto a proposta de inserir a questão das mudanças climáticas de forma integrada, permeando várias disciplinas do currículo, como ciências, geografia, história, português, para que os alunos compreendam sua relevância em diferentes contextos e perspectivas.

04. No primeiro período do texto, o verbo 'enxerga' poderia corretamente ser substituído por 'enxergam', sem alterar a informação original do texto.
05. No primeiro período do texto, a conjunção 'conforme' pode ser corretamente substituída por 'à medida que'.
06. No primeiro parágrafo, a expressão 'Apesar disso' poderia ser substituída por 'À despeito disso'.
07. No segundo parágrafo, a expressão 'Ainda que' poderia ser corretamente substituída por 'Conquanto'.
08. No primeiro parágrafo, seria provocada uma incorreção gramatical se o travessão fosse substituído por vírgula.
09. No trecho 'Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento', os termos destacados exercem função de adjunto adnominal e complemento nominal respectivamente.
10. No segundo parágrafo, no trecho 'Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, **isso** não basta — e **elas** sabem', os pronomes 'isso' e 'elas' retomam, respectivamente, **ação de separar o lixo e de estarem dispostas a mudar hábitos de consumo e pessoas**.
11. No final do segundo parágrafo, a conjunção 'portanto' poderia ser corretamente substituída por 'pois', sem alterar o sentido original.
12. No final do segundo parágrafo, a expressão 'Percebe-se' poderia ser substituída por 'É percebido'.
13. No trecho 'A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer', os verbos 'cooperar' e 'perecer' poderiam ser substituídos corretamente, com manutenção do sentido, por 'colaborar' e 'sucumbir'.
14. No quarto parágrafo, a expressão 'todos nós' abrange **todas as pessoas que contribuem, direta ou indiretamente, para o problema das mudanças climáticas**
15. No quarto parágrafo, o trecho 'negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar' poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma, com manutenção do sentido: **A negação das mudanças climáticas é, igualmente, uma estratégia adotada por quem busca evitar enfrentar uma realidade que não sabem como encarar.**
16. No início do quinto parágrafo, a expressão 'é que' é classificada como elemento de realce, que pode ser retirado da oração sem prejuízo.
17. No segundo período do quinto parágrafo, o termo 'urgentes' poderia ser flexionado no singular 'urgente', sem prejuízo para a correção.
18. No início do sexto parágrafo, as vírgulas isolam duas expressões adverbiais que se encontram deslocadas em relação à ordem.
19. No sexto parágrafo, todas as ocorrências de ponto e vírgula poderiam ser substituídas por vírgula, mantendo a correção gramatical.

20. No último parágrafo, a partícula 'se' poderia ser corretamente deslocada para depois do verbo 'tornar', mantendo a correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

21. O Policial Rodoviário Federal Roberto foi acusado de desviar conduta ética em sua vida privada, com impactos diretos na sua imagem como servidor público. No procedimento, foi argumentado que a conduta do policial não dizia respeito à Administração Pública, pois ocorreu fora do ambiente de trabalho. Com base nos preceitos éticos do Decreto nº 1.171/1994, a Administração Pública só pode avaliar a conduta privada do servidor público nos casos de crimes comprovados, sem considerar o impacto ético ou moral.

22. Joana é servidora pública federal e, além de cumprir rigorosamente suas atribuições funcionais, participa ativamente de projetos comunitários em sua cidade, promovendo palestras sobre direitos dos cidadãos e formas de acesso aos serviços públicos. Seu superior, no entanto, questionou se essa atuação extrapolava os limites de seu cargo. Com base nos princípios éticos e de cidadania ativa previstos na administração pública, a atuação de Joana está em conformidade com os princípios éticos da administração pública, pois demonstra comprometimento com o bem comum e os interesses da sociedade.

23. Maria, servidora pública federal, foi convidada a participar de um evento acadêmico sobre democracia e direitos humanos. Durante o debate, Maria afirmou que a justiça social é essencial para o fortalecimento da democracia, mas que a ética administrativa ainda enfrenta desafios para garantir igualdade de acesso a serviços públicos. Suas declarações geraram questionamentos de outros participantes, que interpretaram suas falas como uma crítica à administração pública. Com base nos princípios de ética, justiça e democracia,

Maria cometeu um erro ético ao criticar a administração pública, pois a função de servidores públicos é defender as instituições em qualquer contexto.

24. O servidor João foi designado para atuar em uma repartição pública de atendimento ao cidadão. Durante seu expediente, ele frequentemente deixava de priorizar a resolução de atrasos no setor, além de demonstrar pouca cortesia ao interagir com os usuários. Um cidadão apresentou uma reclamação formal sobre sua conduta, argumentando que o comportamento de João violava os deveres éticos do servidor público. Com base nos princípios éticos, João deveria priorizar a resolução de atrasos no atendimento, garantindo rapidez e eficiência para evitar dano moral aos usuários.

25. O servidor público Pedro, lotado em um órgão de fiscalização, utilizou informações obtidas em relatórios internos para beneficiar financeiramente um amigo próximo em uma licitação pública. Além disso, foi constatado que Pedro solicitou um prêmio em dinheiro a um fornecedor em troca de celeridade na aprovação de um processo. Com base nos deveres éticos e nas vedações impostas aos servidores públicos, Pedro violou o Código de Ética ao fazer uso de informações privilegiadas e solicitar vantagens financeiras, o que é expressamente proibido.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos éticos e as disposições legais sobre atos lesivos à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

26. Servidor público efetivo que praticar ato violador do código de ética se sujeitará à pena de advertência verbal, a ser efetivada pela Comissão de Ética.

27. Em razão da prática de atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, o poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, mediante processo judicial ou administrativo.

28. A celebração do acordo de leniência da Lei 12.846/2013 beneficiará a pessoa jurídica leniente com a redução em até 2/3 do valor do dano causado ao erário.

Tomando por base os preceitos normativos sobre servidores públicos, julgue os itens a seguir.

29. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado por dar ciência quanto à prática de crimes de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo.

30. Caso seja detectada infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos, não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO*Carlos Henrique*

Considere o seguinte argumento lógico:

p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;

p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;

p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos; e,

p4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro

p5: Carla não vai à igreja aos domingos

Diante do exposto, julgue os itens seguintes:

31. A proposição “Carla e João irão ao Rio de Janeiro” é verdadeira.

32. Nem João é ateu, nem Carla é evangélica

Seja o seguinte argumento:

Todo homem é mortal.

Nenhum mortal é pedra.

Logo, nenhum homem é pedra.

33. O argumento não é um silogismo

34. O termo médio é a expressão “mortal”

Considere:

As estatísticas criminais do estado de São Paulo relativas a abril apontam aumento em quase todos os crimes com exceção dos homicídios, que caíram. [...]

O homicídio tem sido um importante termômetro da efetividade das ações públicas na segurança: sua queda refletiria o aumento do investimento no policiamento.

Contudo, permanece sem resposta o motivo pelo qual o investimento no policiamento não produz efeitos sobre os demais crimes. Essa compreensão passa pelo entendimento da lógica dos diferentes crimes.

(Dias, Camila Nunes. Folha de S.Paulo, Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/05/1284840-analise-queda-doshomicidios-apontalogica-empresarial-de-bandidos.shtml>)

Julgue os itens seguintes:

35. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que o policiamento reprime apenas os crimes mais graves, favorecendo a atuação dos “ladrões de galinha”, que cometem pequenos delitos em que não têm contato direto com as vítimas.

36. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que as organizações criminais estão mais sofisticadas: seguindo um modo de ação empresarial, que visa ao lucro, consideram que os homicídios expõem os criminosos e não trazem ganhos financeiros.

Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou que já passou.

A partir do texto, julgue os itens seguintes:

37. O autor deduz erroneamente que apenas os adultos podem alcançar a felicidade, ressentindo-se, assim, de não ter usufruído os fugazes momentos felizes da infância.

38. É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

Sobre os Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade, julgue os itens a seguir.

39. A teoria dos quatro status de Jellinek menciona que o indivíduo apresenta, dentre eles, o status negativo, caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos.

40. Os Direitos Fundamentais se diferem dos Direitos Humanos sobretudo pelo plano de positivação.

- 41.** Diante do cometimento de delito que viole gravemente a dignidade humana, o indivíduo poderá sofrer restrições quanto aos seus direitos humanos.
- 42.** Diante do compromisso firmado pela Agenda 2030, os países deverão construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- 43.** A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao trabalho às pessoas com deficiência, que deverá levar prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção.
- 44.** Em prol da implementação de ações afirmativas, o Município de Restinga Sêca/RS instaurou inúmeros equipamentos de ginástica acessíveis junto aos parques da cidade, porém sem observar a sinalização tátil e de alerta no piso, violando o que dispõe expressamente a Lei da Acessibilidade.
- 45.** Recente inovação normativa figura quanto ao grupo reconhecido como prioritário por lei, diante da adesão do doador de sangue, que receberá idêntica prioridade, assim que apresentar comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

- 46.** O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) convocou uma reunião do Conselho de Administração, mas surgiram dúvidas entre os servidores sobre a composição desse órgão colegiado. Com base no Regimento Interno, o Conselho é constituído pelos ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral, Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais e pelos quatro integrantes mais antigos do Tribunal.
- 47.** No Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), a presidência de uma Turma será assumida por um novo magistrado. Durante a transição, um dos integrantes questionou os critérios para a escolha do presidente da Turma. Com base no Regimento Interno do TRF-6, a presidência será ocupada pelo magistrado escolhido por votação entre os membros da Turma ou Seção, com mandato de dois anos.
- 48.** O advogado de um cidadão impetrou um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), argumentando que a autoridade coatora era um magistrado de primeiro grau vinculado à jurisdição do Tribunal. Com base no Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração processar e julgar o habeas corpus.
- 49.** Um advogado apresentou uma reclamação ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) argumentando que um magistrado de primeiro grau paralisou injustificadamente o andamento de um processo sob sua responsabilidade, causando prejuízo à parte interessada. O advogado questionou se seria cabível interpor um recurso contra o ato ou se haveria outro mecanismo adequado. Com base no Regimento Interno, cabe interpor um recurso ordinário, previsto em lei, para corrigir a paralisação injustificada do processo.

50. Durante uma sessão virtual de julgamento no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), um desembargador pediu vista de um processo. Após análise, ele decidiu devolver o processo para prosseguimento na próxima sessão ordinária virtual. O prosseguimento do julgamento em sessão virtual subsequente dispensa nova inclusão em pauta, desde que seja na primeira sessão ordinária após a devolução do processo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

Um ministro de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o ministro foi a um evento amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativos à segurança de dignitários.

51. O enfoque do planejamento tático que envolve a segurança do dignitário deverá ser essencialmente preventivo.

Segundo as doutrinas atuais sobre segurança de dignitários levando em consideração o itinerário planejado, julgue o item.

52. A princípio o itinerário alternativo deve ser o mais seguro possível, escolhido prioritariamente através de um planejamento adequado e do consequente reconhecimento do percurso.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

53. O agente de segurança aproximado, conhecido como “mosca”, é responsável pela varredura do local; deve deslocar-se à frente do veículo do dignitário estrangeiro, em tempo variável, com a finalidade de neutralizar ou remover a aglomeração de curiosos, evitando riscos e perigo.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

54. Durante evento de inauguração das novas instalações do Tribunal Regional Federal, foi identificado possível artefato explosivo próximo ao palanque onde se encontra o dignitário. A providência a ser adotada pela equipe de segurança é cobrir a autoridade e permanecer no local.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

55. Para o sucesso das atividades de segurança de dignitários e mediante planejamento prévio, é realizada uma avaliação dos riscos envolvidos em cada evento, estabelecendo-se uma referência para as ações a serem adotadas. Esta avaliação é realizada pela equipe de planejamento e precursora, porém tal avaliação pode ser renovada a qualquer momento, levando em conta novos acontecimentos ou mudanças do cenário previamente estudado

Com relação às ações necessárias para um planejamento eficaz, eficiente e efetivo do sistema de segurança, julgue o item que se segue.

56. O grau de risco reduzido é aquele em que o protegido está sujeito aos riscos inerentes ao cargo que ocupa.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

57. Risco difere conceitualmente de ameaça pelo fato de, em ocorrendo o evento não desejado, no caso do risco poderá ou não haver uma perda; já com relação à ameaça, a perda é real e ocorrerá em função do evento não desejado.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

58. Em segurança, na esfera da análise de riscos, o diagnóstico formal deve apontar, dentre outros aspectos as vulnerabilidades e deficiências identificadas nos diversos segmentos institucionais.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

59. O prognóstico é uma das ferramentas a ser executada na análise de riscos, fornecendo a avaliação da situação pregressa da área a ser avaliada de uma empresa.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

60. Não há como tratar de análise de riscos ou ameaças se não forem utilizadas ferramentas probabilísticas para a avaliação e determinação da ocorrência de eventos.

Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

61. É um programa que comporta ações reativas às contingências, como a reação imediata, a reassunção das funções mais críticas e a recuperação de funções, até a restauração do processo normal pré-contingência.

Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

62. Uma vez ocorrido um evento não desejado (ou crise), este passa a ser administrado através do programa de Gerenciamento de Crises, que deve ter como características: ações ágeis e eficientes e ao mesmo tempo transparentes, principalmente no que tange aos veículos de comunicação.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

63. Os “4R” dos componentes do planejamento de contingências são: Resposta, Reassunção, Recuperação e Restauração.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

64. Os Procedimentos Emergenciais têm como propósito determinar a probabilidade de ocorrência de eventos indesejados e suas consequências para a empresa.

Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue o item a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

65. A teoria dos triângulos concêntricas considera medidas de segurança nas áreas adjacentes ao prédio protegido, incluindo, somente, as ruas e áreas internas.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

66. As barreiras para impedir o acesso físico de pessoas se aplicam aos perímetros externos, não se estendendo aos perímetros internos, cujas linhas de proteção são constituídas por outras ferramentas ou mecanismos, de acordo com a avaliação de risco do local.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

67. Em um órgão público as áreas classificadas como medianas, de regra, impõem o controle de acesso ao público devido sua elevada sensibilidade.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

68. O planejamento da segurança de um órgão compreende o nível estratégico, no qual se avalia a conjuntura política, social e econômica, e o nível tático-operacional, em que se apresentam as ações a serem adotadas.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

69. O conceito de modularidade no planejamento de segurança se refere à capacidade de dividir o plano em módulos independentes que podem ser ajustados sem afetar o todo.

70. A metodologia de planejamento de segurança não inclui a análise de riscos que está no planejamento de contingências, pois esta etapa é considerada opcional e muitas vezes irrelevante para a elaboração do plano.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

71. O faseamento no planejamento de segurança refere-se à divisão do plano em etapas sequenciais que devem ser seguidas rigidamente, sem possibilidade de ajustes durante a implementação para não quebrar a cadeia de análise.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

72. As fases do planejamento de segurança podem variar de acordo com a metodologia adotada, mas geralmente incluem a avaliação de ameaças, definição de estratégias, implementação de medidas e monitoramento contínuo.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

73. De acordo com as normas brasileiras, todas as edificações comerciais e residenciais devem possuir sistemas de sprinklers para prevenção de incêndios.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

74. Segundo as normas brasileiras, é permitido utilizar escadas enclausuradas como única rota de fuga em edificações.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

75. De acordo com as normas brasileiras, as edificações devem possuir um sistema de alarme de incêndio que seja acionado automaticamente em caso de detecção de fumaça.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

76. As normas brasileiras recomendam a instalação de portas corta-fogo em todas as edificações, independentemente de sua ocupação e uso.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

77. O sistema de detecção de incêndio do tipo endereçável informa, com precisão, o local onde o incêndio ocorre na empresa.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

78. De acordo com as normas brasileiras, é permitido bloquear as saídas de emergência durante eventos ou atividades em edificações para evitar que pessoas estranham entrem no órgão.

79. Na classificação dos graus de risco na gestão de conflitos, a tipologia dos causadores é um aspecto fundamental para identificar potenciais ameaças.

Sobre a Gestão de Conflitos, julgue os itens a seguir.

80. A fase de pré-confronto ou preparo na gestão de conflitos consiste na intervenção imediata e enérgica para controlar a situação.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Sobre a teoria geral, afirmação histórica e os atuais sistemas de proteção dos Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

81. Os Direitos humanos são indivisíveis, o que significa que, sejam de natureza civil, política, econômica, social ou cultural e até mesmo difusos e coletivos, eles são todos inerentes à dignidade de toda pessoa o que importa afirmar que não há hierarquia de direitos humanos.

82. Por sua essencialidade, os Direitos Humanos serão normas de *jus cogens*, aplicáveis *erga omnes*.

83. As Constituições Mexicana, de 1917, e de Weimar, de 1919, são marcos jurídicos da segunda geração dos direitos humanos.

84. A efetiva internacionalização dos Direitos Humanos ocorreu apenas com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

85. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece que nenhum ser humano poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, tampouco condenado à morte.

86. Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito a um julgamento justo e público por um tribunal independente e imparcial.

87. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é juridicamente vinculante, redigida para que fosse assinada por todos os países do mundo.

88. Diante da fundamentalidade do princípio da dignidade da pessoa humana, é possível dizer que a Constituição Federal de 1988 criou mecanismo diferenciado para os Tratados que versem sobre Direitos Humanos, sobretudo quanto ao seu processo de internalização.

89. Ainda que os Estados sejam soberanos, para a doutrina dos Direitos Humanos é absolutamente possível, e até mesmo desejável, que diante de violações graves à dignidade humana os Estados também possam sofrer responsabilização.

90. O Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos prevê a criação de uma Comissão Interamericana, que será órgão jurisdicional, constituído para oferecer consultas interpretativas e aplicar os direitos albergados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

91. Acerca do tema infração penal e suas espécies, julgue o item a seguir:

Todas as infrações penais estão sujeitas à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

92. O consentimento do ofendido funciona, como regra, como causa supralegal de exclusão da ilicitude. Porém, quando o dissenso fizer parte do tipo penal, o consentimento do ofendido figurará como causa de exclusão da tipicidade.

93. Julgue o item a seguir no que diz respeito à culpabilidade no Direito Penal.

A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

94. Acerca das causas legais e supralegais de exclusão da ilicitude, julgue o item a seguir.

Em regra, admite-se o estado de necessidade em crimes habituais e permanentes.

95. Sobre o concurso de pessoas, julgue o item a seguir.

Dentre os requisitos para o concurso de pessoas, está a unicidade de agentes para a realização da conduta.

96. Julgue o item a seguir.

O crime de corrupção passiva possui modalidade privilegiada.

97. Com base no crime de Falsificação de papéis públicos (art. 293 do Código Penal), julgue o item a seguir.

O crime de Falsificação de papéis públicos não é compatível com tentativa.

98. Julgue o item a seguir no que se refere aos crimes contra a Administração Pública.

O peculato próprio é aquele no qual o agente, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

99. Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, julgue o item a seguir.

O crime de importunação sexual é crime subsidiário e será caracterizado somente se o ato libidinoso praticado não constituir crime mais grave.

100. Julgue o item a seguir acerca dos crimes contra o patrimônio.

O crime de estelionato se procede mediante ação penal pública incondicionada se a vítima for maior de 60 anos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

Texto-base para os itens 101 a 105:

Situação hipotética: Maycon, primário, foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento (reclusão de 02 a 08 anos e multa), praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal, tendo sido o infrator conduzido à presença da autoridade policial federal. Lavrado o APFD, os autos foram encaminhados ao Juízo Federal competente, que designou audiência de custódia. A audiência foi realizada dentro do prazo legal, na presença do preso, do Juiz, do membro do MP e do membro da Defensoria Pública, já que Maycon não tinha advogado. Na audiência, o MP pugnou pela homologação da prisão em flagrante e pela concessão da liberdade provisória ao agente, sem oposição por parte da defensoria pública. O Juiz, porém, converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

101. Assertiva: agiu incorretamente o Juiz ao converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, eis que não havia representação da autoridade policial ou requerimento do MP.

102. Assertiva: o Juiz deve, a cada 90 dias, reavaliar a necessidade de manutenção da prisão preventiva, ainda que não haja requerimento das partes.

103. Assertiva: por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, e sendo o agente primário, não seria possível a decretação da prisão preventiva.

104. Assertiva: o reconhecimento da qualificadora relativa ao arrombamento prescinde de exame pericial.

105. Assertiva: estando preso o agente, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de 30 dias.

106. Acerca do inquérito policial, julgue o item a seguir:

Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, antes mesmo da chegada dos peritos criminais.

107. Acerca da cadeia de custódia, julgue o item a seguir:

O CPP expressamente veda a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

108. Acerca da prisão temporária, julgue o item a seguir:

Decorrido o prazo contido no mandado de prisão temporária, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

109. Acerca fiança e da liberdade provisória, julgue o item a seguir:

Será cassada a fiança se o réu, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer sem motivo justo.

110. Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, julgue o item a seguir:

A medida cautelar diversa da prisão relativa ao recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga pressupõe que o imputado possua residência e trabalho fixos.

LEGISLAÇÃO

Antônio Pequeno

Em relação aos crimes de abuso de autoridade, julgue os itens **111** a **112**

111. A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

112. A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

113. Julgue o item abaixo

O crime de desobediência é uma infração penal de menor potencial ofensivo

Julgue os itens de **114** a **116** de acordo com a Lei Nº 9,099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

114. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

115. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

116. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes à Turma Recursal.

117. Julgue o item abaixo:

De acordo com a Lei nº 7716/1989 constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Julguem os itens de **118** a **119** com base na Resolução nº 344/2020 e suas alterações, do Conselho Nacional de Justiça - regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

118. Aos agentes e inspetores da polícia judicial serão disponibilizados equipamentos compatíveis com o grau de risco do exercício de suas funções.

119. Os servidores da polícia judicial usarão uniformes do tipo operacional, traje social e de instrução padronizados, bem como brasão de identificação específico, definidos em ato próprio.

120. Julgue o item abaixo com base na Resolução nº 383/2021 (que dispõe sobre o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e outras providências).

O SInSIPJ atuará prioritariamente para a análise permanente e sistemática de situações de interesse da segurança institucional, a fim de propor medidas para garantir o pleno exercício das funções do órgão; a avaliação de riscos, para subsidiar o planejamento e a implementação de medidas para segurança do órgão; a identificação de vulnerabilidades e ameaças que afetem a segurança dos magistrados e, potencialmente, o livre exercício da magistratura; e a realização de estudos de inteligência sobre cenários criminais que produzam ameaças reais ou potenciais aos ativos ou que possam afetar a independência e autonomia do Poder Judiciário.

Discursiva

O impacto devastador das apostas online na economia brasileira

Ideia de que as bets são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada

Nos últimos anos, as plataformas de *apostas online* emergiram como um fenômeno global, capturando milhões de usuários e criando um novo padrão de comportamento financeiro. No Brasil, essa tendência tem se mostrado particularmente preocupante, uma vez que a promessa de riqueza fácil mascara consequências econômicas e sociais devastadoras.

A situação é ainda mais alarmante quando consideramos a ausência de regulamentação robusta e a facilidade com que essas plataformas transferem recursos para o exterior, muitas vezes localizadas em paraísos fiscais.

A ideia de que as apostas online são uma simples forma de entretenimento tem se provado equivocada. O impacto econômico e social dessas plataformas vai muito além de uma atividade recreativa. Para milhões de brasileiros, especialmente aqueles das classes média e baixa, a sedução das apostas cria um ciclo destrutivo de endividamento.

O problema não reside apenas no endividamento individual, mas no efeito dominó que ele provoca. Quando famílias começam a perder dinheiro em apostas, a capacidade de consumo diminui. Isso afeta diretamente setores da economia que dependem de um fluxo constante de consumo doméstico, como o varejo e a prestação de serviços.

<https://www.jota.info/artigos/o-impacto-devastador-das-apostas-online-na-economia-brasileira>

A banca (quase) sempre ganha: Brasileiro perde 35% do que gasta nas bets

Dados sobre mercado brasileiro de apostas online constam de relatório do Itaú que tentava analisar impacto das bets sobre o varejo

Os brasileiros recebem 35% a menos do que gastam em sites de apostas esportivas (as chamadas bets) e cassinos online. Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro de apostas pela internet consome 2% da renda dos trabalhadores.

Os dados constam de um relatório do Itaú no qual os analistas do banco tentam estimar o tamanho e o impacto das apostas online sobre o consumo.

Dos R\$ 68,2 bilhões gastos pelos apostadores no período analisado, os brasileiros recebem R\$ 44,3 bilhões de volta do valor apostado, de acordo com o estudo - ou seja, 35% a menos do que gastaram. Esse valor inclui R\$ 200 milhões referentes ao saldo de prêmios líquidos aos apostadores (0,29% do total).

<https://www.seudinheiro.com/2024/financas-pessoais/itau-relatorio-bets-apostas-online-rsgp/>

Bets e jogo do tigrinho impactam orçamento das famílias, saúde mental e economia do país

Na economia do país e das famílias, as consequências das chamadas bets e de jogos conhecidos como tigrinho estão aparecendo e causando preocupação: elas vão do aumento do endividamento e diminuição de recursos para itens básicos ao adoecimento mental e até suicídio.

Recentemente, o diretor de Política Monetária do Banco Central, *Gabriel Galípolo*, apontou que alguns estudos mostram que o aumento de renda no Brasil não elevou o consumo e nem as economias das famílias como poderia. A explicação pode estar no consumo dos jogos e das apostas online.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a consultora do programa de Serviços Financeiros do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Ione Amorim, afirma que a demora na regulamentação da atividade trouxe prejuízos consideráveis.

"Há um ambiente com muitos recursos financeiros, que fez com que essas empresas **capturassem influenciadores** que passaram a ser os seus grandes patrocinadores. Os seguidores foram induzidos para esse ambiente de jogos, que se alastrou muito rapidamente, com o atrativo de se ganhar recursos rapidamente."

"O Hospital das Clínicas aqui em São Paulo já admite não ter mais estrutura para receber pessoas para tratar esse problema este ano. Estamos **falando de saúde pública**, de um problema que é uma epidemia", explica.

Análise da empresa de consultoria Strategy&, as **apostas representam o equivalente a 76% das despesas de "lazer e cultura" das classes D e E**. O total gasto com os jogos corresponde a 5% do que é destinado à alimentação.

Ainda de acordo com a consultoria, as apostas já representam 1,38% do orçamento familiar nas classes com menor poder aquisitivo. A análise aponta também que boa parte do dinheiro ganho é colocado novamente no jogo, o que mostra que o eventual lucro de quem joga não tem impacto significativo na economia real.

A informação é reafirmada em um estudo de 2023, divulgado pelo Instituto Locomotiva, que mostra que somente 36% dos ganhos são usados em outros gastos. O levantamento estima que 20% da população de baixa renda aposta pelo menos uma vez por mês.

"Precisamos trabalhar a **educação financeira** e o risco do endividamento. As pessoas precisam estar cientes de que este ambiente não é saudável. A maioria das pessoas que hoje estão perdendo mais dinheiro são as que já estão negativadas. Elas estão sendo expostas a agiotagem em redes sociais", alerta Ione Amorim.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

A ILUSÃO DO “DINHEIRO FÁCIL”: AS APOSTAS ESPORTIVAS COMO PROMESSA DE ASCENSÃO FINANCEIRA EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. As apostas esportivas como uma solução para os desafios econômicos enfrentados pela população;
 2. O impacto das apostas esportivas sobre a desigualdade social;
 3. A educação financeira como ferramenta de prevenção aos riscos das apostas esportivas.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>